

ATA DA 52ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVII PLENÁRIO
REALIZADA EM 07/12/2024.

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, com início às 09h, realizou-se, online e presencial, a 52ª Reunião Plenária do XVII Plenário do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG). Estiveram presentes os **Conselheiros Efetivos**: Cláudia Aline Carvalho Espósito; João Henrique Borges Bento; Júnia Maria Campos Lara; Liliane Cristina Martins; Lourdes Aparecida Machado; Luis Henrique de Souza Cunha; Marleide Marques de Castro; Paula Ângela de Figueiredo e Paula; Suellen Ananda Fraga e Ted Nobre Evangelista e os **Conselheiros Suplentes**: Alessandra Kelly Belmonte; Ana Maria Prates da Silva e Silva; Cristiane Santos de Souza Nogueira; Daniel Caldeira de Melo; Danty Dias Marchezane; Gab Almeida Moreira Lamounier; Henrique Galhano Balieiro; Hudson Bruno Cares Carajá; Lorena Rodrigues de Sousa e Márcio Rocha Damasceno. **Quórum de Conselheiras(os)(es) Efetivas(os)(es)**: Foi verificado o quórum das(os) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes, totalizando 11, tendo o Plenário elevado à condição de Conselheiras(os) efetivas(os) Márcio Rocha Damasceno; Hudson Cares Carajá; Daniel Caldeira de Melo e Lorena Rodrigues de Sousa. **Justificativas de ausência**: Anderson Nazareno Matos; Caroline de Souza; Celso Francisco Tondin; Délcio Fernando Guimarães Pereira; Elizabeth de Lacerda Barbosa; Elza Maria Gonçalves Lobosque; Gabrielly Dolores Rios da Cunha; Isabella Cristina Barral Faria Lima; e Renata Ferreira Jardim de Miranda justificaram ausência. **Assuntos tratados**: COE: O Conselheiro Délcio Fernando apresentou os seguintes pontos de pauta: 1) SEI Nº 035/2024-61 - Pedido de Vista Conselheiro Hudson Carajá: Foi solicitada a vista e indicado o conselheiro Hudson Carajá que informou que não pode em virtude de impedimento pelo artigo 45, I do CPD. **Deliberação**: O XVII Plenário deliberou por 13 votos favoráveis pela abertura de vistas à Conselheira Paula de Paula. Ulapsi: A Conselheira Júnia Lara informou que os seguintes Conselhos compõem a Ulapsi: Conselho Regional do Ceará; Consejo Mexicano de psicología Colegio de psicólogos de quilmes, argentina; Colegio de psicólogos de la provincia de Buenos Aires; Alianza Internacional para la Salud Mental de Bolivia, o CRP-MG. Em relação ao Seminário de Mendoza pontuou que o CRP-MG levou experiências de destaque e trouxe mais conhecimento na bagagem. Informou que o X Congresso Latinoamericano de Psicologia da Ulapsi irá acontecer nos dias 31/07 a 02/08 em São Paulo-SP com o tema "Limites e desafios da constituição das subjetividades latino-americanas: desigualdade social, questões étnico-raciais, crise climática e inteligência artificial. A expectativa de público para o evento é de 3000 participantes e está sendo organizado pela União Latino-americana de Entidades de Psicologia – Ulapsi; Conselho Federal de Psicologia – CFP; Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP SP. Explicou o organograma da Ulapsi é composto por: Conselho Deliberativo da Ulapsi; Comitê Executivo Central; Comitê Organizador - no País Sede; Comitês de Apoio – científico, logística, comunicações e financeiro. O Conselheiro Henrique Galhano informou que o Congresso será organizado pelo CRP-SP e o CFP. A parte de estrutura está a cargo destas duas entidades. O CRP-04 se colocou à disposição da Comissão Organizadora dentro da Comissão de Comunicação. Ressaltou a importância da participação do CRP-MG no Congresso. Quanto aos outros países eles fazem parte da Comissão Organizadora, mas a contribuição será maior na questão científica e de metodologia. Na sequência a Conselheira Júnia Lara apresentou a prestação de contas da ULAPSI. O Conselheiro Henrique Galhano colocou que se espera com o Seminário que possa haver um lucro e melhoria das contas da Ulapsi. A Conselheira Júnia Lara informou que a Assembleia aprovou a prorrogação da Diretoria até o Congresso da Ulapsi, onde acontecerá uma nova Assembleia para definição de nova Diretoria Executiva da Ulapsi. Apresentação do trabalho da ASPAR: O Conselheiro Henrique Galhano informou que a ASPAR está desenvolvendo um trabalho e viu a necessidade de levar para o Plenário os trabalhos desenvolvidos. Na sequência deu a palavra à Assessora de Relações Institucionais e Parlamentares Jéssica Souza que informou que a Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares tem o papel de prestar assessoria nas questões relacionadas à articulação, monitoramento e avaliação das relações do CRP04, com a

















55 sociedade civil, em relação junto a parlamentares e em representações institucionais. São
56 atribuições do cargo: Assessorar no diálogo e nas ações de luta frente às questões sociais
57 representações institucionais em espaços da sociedade, para contribuir com o
58 desenvolvimento social os objetivos do CRP/MG; assessorar técnica e politicamente, em
59 relação às atividades parlamentares dos legislativos municipais, estaduais e federal que
60 estejam ligadas às frentes do CRP/MG; (Redação dada pela Resolução nº 3/2024); elaborar
61 e propor estratégias para relações interinstitucionais e facilitar o diálogo do CRP/MG com os
62 parlamentares; assessorar e propor ações, projetos e atividades, garantindo o
63 fortalecimento da presença e reconhecimento do CRP-MG e Psicologia junto à sociedade;
64 acompanhar mudanças regulamentares que possam impactar, direta e indiretamente, nas
65 atividades e objetivos do CRP/MG; promover a articulação entre instituições, criando
66 condições para desenvolver projetos e ações de crescimento do CRP/MG; (Redação dada
67 pela Resolução nº 3/2024); executar outras atribuições inerentes ao cargo; pesquisar
68 assuntos e documentos em geral, de interesse do CRP-MG, na Câmara Legislativa.
69 Informou que de Maio a Junho/2024 fez a análise de cenário contemplando as seguintes
70 atividades: 1- Mapeamento da memória institucional do cargo; 2- Reunião com assessores e
71 gerentes; 3- Reunião com Assessoria Institucional e parlamentar CFP; 4- Reunião com
72 Assessoria Institucional e parlamentar SP. Entre os desafios da Assessoria de Relações
73 Parlamentares e Institucionais estão: quantidade de municípios (Regionais); necessidade de
74 cuidar de duas frentes de trabalho (institucional e parlamentar); quantidade de comissões e
75 GTs dentro da estrutura(53); agendas simultâneas; concentração das agendas da
76 Assembleia Legislativa; pouco registro das representações; fluxo das demandas (ausência);
77 eventos pré-programados; nitidez e reinvenção do espaço de trabalho; absorver o
78 planejamento estratégico; horário de trabalho x horário das atividades; mapeamento das
79 instituições e representações (fragilizado). A Assessora de Relações Institucionais e
80 Parlamentares Jéssica Souza informou que participou de 121 representações/eventos e
81 promoveu 42 articulações institucionais; realizou 34 articulações parlamentares; 15 radar
82 parlamentar; 4 reuniões sobre sistema de monitoramento; 2 espaços conquistados; 19
83 audiências públicas. Dentre as ações realizadas destacou a Incidência política junto a
84 Assembleia Legislativa; planos de ações estratégicas; acompanhamento de autoridades do
85 CRP em atividades no Congresso, seminários, audiências públicas, reuniões com
86 parlamentares e outros; elaboração de pareceres, ofícios e demais documentos (passam
87 pela aprovação da Diretoria); acompanhamento à agenda legislativa (com demandas
88 específicas); construção de espaços de representação. Para 2025 no primeiro semestre
89 pretende implementar o Sistema de Monitoramento Legislativo e no segundo semestre a
90 qualificação dos dados e encontro institucional. A Conselheira Júnia Lara ponderou que
91 verifica a disponibilidade da Assessora Jéssica Souza em ouvir as(os) Conselheiras(os) e
92 ressaltou a pauta dos Cuidados Paliativos, que vem sendo acompanhado pela Assessoria.
93 O Conselheiro Daniel de Melo parabenizou o trabalho. Percebeu que é nítido o carinho e a
94 preocupação em conduzir os trabalhos. Sugeriu ter um administrativo e mais um profissional
95 para dividir a função institucional e parlamentar. O Conselheiro João Henrique colocou que
96 esteve junto com outras(os) Conselheiras(os) quando da criação do cargo. Alegrou-se com
97 os avanços ao verificar os resultados. Propôs ter a criação de fluxos e entendê-los. O
98 Conselheiro Henrique Galhano informou que pensou neste primeiro momento mais a
99 apresentação dos trabalhos, e concordou com a importância de criação de fluxos e de ter
100 alguém para auxiliá-la. Pediu a paciência com relação ao trabalho, devido a quantidade de
101 demandas e só ter uma profissional. A Conselheira Paula de Paula agradeceu o trabalho
102 desenvolvido e como foi dada uma cara ao setor. A Conselheira Lourdes Machado colocou
103 a dedicação ao trabalho que está sendo desenvolvido. A Conselheira Cláudia Espósito
104 colocou que existe uma tentativa de apagamento do CRP dentro do Estado e trazer a
105 importância do CRP e a interlocução com outras Instituições. A Conselheira Suellen Fraga
106 reforçou o apontamento de contratação de pessoal e de ferramentas (plataforma) e se reunir
107 com a Jéssica neste sentido. Campanha Dia Nacional dos Direitos Humanos: O Conselheiro
108 Henrique Galhano informou que a Campanha sobre Psicologia e Direitos Humanos – 2024

@Espósito

LAB

ful

S

BB

JA

LCM

pluf

HB

109 terá duração de 1 semana sendo 5/12 (quinta-feira) - Vídeo conselheira Liliane; 6/12 (sexta-
110 feira) - Carrossel 1 - Diversidade sexual e violência de gênero; 7/12 (sábado) - Carrossel 2 -
111 Pessoas privadas de liberdade; 8/12 (domingo) - Carrossel 3 - Transfobia e racismo 9/12
112 (segunda-feira) - Carrossel 4 - Intolerância religiosa; 10/12 (terça-feira) - Card que marca a
113 data A Campanha terá. O Conselheiro Henrique Galhano apresentou os 4 modelos de
114 carrossel que serão utilizados nas redes sociais do CRP-MG e a arte do Card data
115 afirmativa 10 de dezembro com o tema "Por uma prática psicológica em confluência com os
116 direitos humanos." Pontos de pauta APAF de Dezembro/2024: A Conselheira Suellen Fraga
117 apresentou os pontos de pauta da APAF de Dezembro/2024 e listou as pautas que
118 deveriam ser priorizadas a votação: Atas; orçamento; CREPOP; GT de Revisão da Política
119 de Orientação e Fiscalização; Minuta PJ e Nota Técnica TICS; Nota Temática sobre
120 Atendimento domiciliar; GT Diversidade Sexual – nota técnica sobre a atuação de
121 profissionais de Psicologia no Atendimento às pessoas trans, travestis e não-binaries e o
122 encerramento de suas atividades e sugestão de pautar um novo produto Resolução que
123 trate do tema mulheres lésbicas; os GTs que precisam de continuidade deverão ser
124 aprovados; COMORG; Eleições; GT Política de Comunicação Sistema Conselhos; GT
125 Inscrição Suplementar; os GTs instituídos na APAF Extraordinária de Outubro/2024; revisão
126 da Resolução Nº 18/2002; alteração da Resolução CFP Nº 12/2018; interlocução e memória
127 (conversar com os CRPs que estão envolvidos); educação especial; criação de GT
128 Cibersegurança Governança e aplicações de IA no contexto da Psicologia, Ratificação da
129 homologação da Prestação de contas Convênios 02 e 04/2024 - Fórum Mineiro de Saúde
130 Mental – 18 de maio e publicação livro organizado pela ASSUSAM-MG: A Conselheira
131 Paula de Paula informou que a Diretoria homologou a prestação de contas dos Convênios
132 Nº 02 e 04/2024 com o Fórum Mineiro de Saúde Mental, após análise pelas equipes
133 técnicas do CRP04-MG, e conforme Art. 36 da Resolução CFP 20/2023, apresentou ao
134 Plenário a prestação de contas e colocou em votação para aprovação do XVII Plenário.
135 **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por 13 votos favoráveis a ratificação da homologação
136 dos Convênios Nº 02 e 04/2024 com o Fórum Mineiro de Saúde Mental referente à
137 organização do 18 de maio – Dia da Luta Antimanicomial e publicação de livro organizado
138 pela ASSUSAM-MG. Encontro Regional da ABRAPSO: A Conselheira Paula de Paula
139 informou que o apoio dado ao 24º Encontro Regional da ABRAPSO Minas Gerais e Espírito
140 Santo, deliberado em Reunião Plenária Ordinária de Setembro/2024 constou o valor de
141 R\$10.2760,46, sendo que o somatório dos itens aprovados dava o valor total de
142 R\$10.676,46. A diferença de R\$400,00 para ser paga à ABRAPSO Minas Gerais necessita
143 de aprovação em Plenária de Termo Aditivo e colocou para apreciação do Plenário.
144 **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por 11 votos favoráveis o Termo Aditivo ao Convênio
145 Nº 09/2024 entre o CRP-MG e a ABRAPSO, no valor de R\$400,00. COMORG: O
146 Conselheiro Henrique Galhano informou que foi enviado o Ofício ao CFP para a elaboração
147 de novo Pré-COREPSI online em 01/02, de 09h às 12h e foi aprovado pelo mesmo.
148 Ressaltou que será o último Pré-COREPSI para poder inserir proposta no COREPSI. A
149 Conselheira Suellen Fraga ressaltou a importância da vinda das(os) Conselheiras(os) para
150 que principalmente os Conselheiros que já foram aprovados como delegadas(os) possam
151 ajudar nas tarefas no Pré-COREPSI. O Conselheiro Daniel de Melo sugeriu que sejam
152 listadas as tarefas e funções no grupo do Plenário e já definir previamente os nomes e
153 funções. A Conselheira Júnia Lara sugeriu que a COMORG elabore em forma de texto as
154 orientações para cada tarefa, principalmente nas divisões em grupo. Atividade GT
155 Branquitude: A Conselheira Cristiane Nogueira informou que na última Plenária foi cobrado
156 como está o GT Branquitude. Lembrou que o GT Branquitude tinha propostas de trabalho
157 interno. Sugeriu a realização de uma atividade em Plenária em parceria com a Comissão de
158 Orientação em Psicologia e Relações Étnico-Raciais e CDH. Esta proposta já foi
159 apresentada para as 2 Comissões. Apresentou para o Plenário para que esta ação seja
160 realizada antes do final da gestão atual, indicação de nomes e formato da atividade.
161 Henrique informou que o nome proposto de Lia Schucman não é recomendado, e colocou
162 que esta pessoa é sionista e não seria interessante trazê-la se ela não se posiciona da

Desposito

gfb

gfb

gfb

gfb

gfb

mesma forma que o CRP-MG. Sugeriu que a Conselheira Cristiane Nogueira faça uma proposta para o evento e uma reunião com as Comissões. O Conselheiro Daniel de Melo propôs levar para um Encontro COE, COF e CDH Ampliada e em um possível Encontro Entre Nós. O Conselheiro Hudson Carajá reforçou a proposta do Conselheiro Daniel de Melo em relação a participação de empregadas(os) públicas(os), em especial, as psicólogas fiscais. Colocou-se à disposição para definir nomes. Sugeriu que seja uma ação específica e não dentro do Encontro Ampliado. A Conselheira Liliane Martins reforçou a importância do apoio com a CDH. Indagou se é um evento que o Encontro COE, COF e CDH Ampliada abarca e se as(os) empregadas(os) deveriam participar. Ressaltou a importância da participação das(os) Conselheiras(os). A Conselheira Júnia Lara indagou que se o evento seria de 1 dia inteiro de Encontro COE, COF e CDH Ampliada. A Conselheira Lorena Rodrigues reforçou a importância de se envolver as fiscais. Percebe falas muito problemáticas e algumas delas racistas. Propôs provocar a responsabilização das pessoas. A Conselheira Suellen Fraga concordou com a participação das Comissões Permanentes, mas ressaltou qual o objetivo do GT Branquitude, para quê e para quem tratar do tema e em algum momento levar para a categoria a importância da discussão. A Conselheira Cristiane Nogueira ressaltou a necessidade de letramento sobre a questão racial. A Conselheira Alessandra informou que foi criada uma pasta no drive com livros que tratam do assunto. Conselheiro Daniel de Melo colocou que o GT pudesse pensar em atividade para o Plenário, os empregados, fiscais. O Conselheiro Gab Lamounier informou que participou do começo do processo e verificou o desgaste da discussão. Há uma defesa do academicismo para dizer que aplica a linguagem e continuar a perpetuar falas racistas. Propôs refletir sobre tirar do papel de norma, para o de intervenção e discussão. A Conselheira Lourdes Machado informou que na gestão passada foi lido um texto sobre linguagem anti-racista e apontado a importância da sua leitura e aprendeu a respeito. Avaliou que não precisa ser negra para ser antirracista. Gostaria de ter o aprendizado para saber o que tem que fazer. Propôs também ações anticapacitistas, antietarista. A Conselheira Liliane Martins reforçou que a discussão sobre etarismo pode ser levantado pelo Plenário, por Conselheira ou no GT 60+. O Conselheiro Gab Lamounier propôs levar a discussão fora do binarismo certo e errado. É um convite para uma posição menos defensiva e quando alguém aponta alguma falha, já ocorre a defesa. O Conselheiro Márcio Damasceno que se tem uma fala com linguagem racista e fica repetindo aquela fala. Indagou se isso é preconceituoso. Citou como exemplo que as palestrantes do Encontro Entre Nós falaram muito a palavra claro. O Conselheiro Hudson Carajá reforçou a importância do diálogo sobre o tema branquitude, nas reuniões do GT Branquitude, referenciais teóricos e a abertura para a discussão. O Plenário avaliou como encaminhamento levar para a Plenária de Fevereiro/2025 a proposta estruturada da atividade em conjunto com as Comissões Permanentes. Apreciação do documento enviado pela comissão de prisional: A Conselheira Cristiane Nogueira informou que a Coordenadora da Comissão de Psicologia no Sistema Prisional enviou 2 e-mails ao CRP o primeiro com um documento de 5 páginas e pede a Plenária para aprovar o texto, a impressão de cartilha com o texto apresentado. O segundo reiterando o Manifesto e elencando pontos. A Conselheira Cristiane Nogueira ponderou que a cartilha tem um fluxo e ao falar os trâmites do CRP à Coordenadora, recebeu um retorno pedindo o e-mail da Diretoria para entrar em contato direto com a mesma, sem a necessidade de contar com a intermediação da Conselheira Referência. Após fez a leitura do texto com a solicitação ao CRP MG com orientação, por escrito, para balizar a postura dos psicólogos frente ao Sistema Prisional mineiro: 1- A ausência de sigilo, a interrupção dos atendimentos desrespeitando profissionais é recorrente, qual deve ser o posicionamento do psicólogo mediante esse desrespeito, que coloca em risco a integridade física e mental dos privados de liberdade?; 2- Qual dever ser o procedimento dos profissionais de psicologia mediante as violações de direitos presenciadas ou das quais o profissional tenha ciência?; 3- Como deve o psicólogo agir quando solicitado a prestar apoio na modalidade virtual para produção e sínteses de CTC (avaliação psicológica)? Considerando que o sistema prisional possui poucas condições tecnológicas, inclusive com ausência de câmeras, fones de ouvido, internet

Deposito

Elisabeth

S

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

estável e as dificuldades quanto a resguardar o sigilo em âmbito prisional?; 4- Qual deve ser a postura dos profissionais, quando nossos usuários demandam nossos serviços, mas não possuímos condições adequadas de atendimento, tais como salas não compartilhadas, com acústica adequada para sigilo, regulação da duração do atendimento por parte de outros profissionais da instituição, falta de telefones, internet e outros meios para articular atendimentos em rede?; 5- E qual postura pode ser adotada junto ao DEPEN para garantir que os profissionais tenham condições mínimas de realizar seu trabalho e sejam respeitados no seu fazer?; 6- Compreendo que não posso assinar algo que não produzi e muito menos discutir casos de pessoas que eu não conheço, principalmente em articulação com questões judiciais. É ético que psicólogos participem de comissões, discutindo casos com base no que está escrito em prontuário por outro profissional, sem conhecer a pessoa atendida? Qual deve ser o posicionamento da psicologia no contexto de ser convocados a participar de reuniões de CTC com casos que não atendeu? 7- Somos pressionados a enviar nossos documentos para os diretores validarem e autorizarem o envio, muitas vezes diretores pressionam para alterar conteúdos e as vezes alteram os relatórios e nos pressionam a assinar. Quais são as diretrizes para produção documental de psicólogos em âmbito prisional e como podemos assumir uma posição mediante o sistema Prisional? (...)" Os profissionais da psicologia no Sistema Prisional do Estado não estão sendo respeitados. O Conselheiro Daniel de Melo informou que em Uberlândia foi solicitado orientação à Psicóloga Fiscal para que o atendimento fosse feito na Subsede e não no Sistema Prisional. A realidade da Secretaria são de concursados. Em relação à cartilha o fluxo é pelo Comitê Editorial. Para além das Resoluções tem uma Referência Técnica do CREPOP sobre o tema. Propôs entrar em contato no Ministério Público, a Ouvidoria. O lugar da orientação é a COF para responder estas questões. A Conselheira Alessandra Belmonte colocou que as dúvidas, algumas passam pelo CRP-MG e outros por Sindicato. No caso não sabe dizer se seria o PSIND-MG ou um Sindicato ligado a servidores públicos do Estado. A Conselheira Cristiane Nogueira informou que o FOMATEP está sendo estruturado. Entende que estes questionamentos devem ser levados para o FOMATEP que tem representações das entidades. A Conselheira Suellen Fraga sugeriu encaminhar o pedido para a Diretoria para deliberação, inclusive da discussão das relações dentro da Comissão. Fazer uma Nota Orientativa e não Cartilha. O Conselheiro Daniel de Melo propôs avaliar a possibilidade de atendimento da demanda de fiscalização no Sistema Prisional. **Deliberação:** O XVII Plenário aprovado por 14 votos favoráveis e 2 abstenções o envio da demanda à Diretoria e de encaminhar à COF para fiscalização no Sistema Prisional. 8ª Semana de Visibilidade Trans e Travesti de BH: O Conselheiro Gab Lamounier informou que está na Comissão Organizadora da 8ª Semana de Visibilidade Trans e Travesti de BH, que em 2025 terá duração de 1 mês, entre os dias 29/01/2025 e 28/02/2025, com o tema do envelhecimento. Contará com diversas atividades como oficinas, rodas de conversa, bloco de carnaval, além da tradicional Caminhada pelas Vidas Trans, que há 8 anos ocupa as ruas do centro da cidade. O apoio consiste no valor de R\$8.000,00, para realizar a contratação de 5 pessoas trans para produzir as ações realizadas do evento, considerando as etapas de planejamento (pré-produção), execução (produção) e relatórios (pós-produções). O apoio seria por meio de Termo de Fomento com a Associação Instituto Gerais - Cidadania e Desenvolvimento Social. Como atividades do CRP-MG na programação do evento terão um Cine Diversidade no dia 28/01/2025 e um evento de apresentação e lançamento do folder do GT Garantias de Direitos de criança e adolescentes Trans. Dentre as atividades propostas acontecerá ainda, uma Audiência Pública na Câmara Municipal para tratar de proposta de criação de Instituição de Longa Permanência de Idosos/ILPI para contemplar idosos trans e travestis. O Conselheiro Daniel de Melo informou que a ILPI pode gerar uma privação da liberdade, da forma com que ela é executadas e propôs uma política integral da população LGBT. Existem ações pulverizadas como o Laboratório Trans; o Comitê Técnico de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) e a Coordenação de Diversidades. A Conselheira Suellen Fraga informou da necessidade de dar celeridade no processo administrativo devido ao trâmite para criação de assinatura externa, que demanda

Deposito

EDB

sup

marcos

S

AM

10/1/2025
HBS

271 uma providência pelo CFP e necessita de no mínimo 20 dias no total para viabilizar a
272 assinatura do Termo de Fomento. Solicitou verificar as contrapartidas, para além da
273 participação do Conselheiro Gab Lamounier. **Deliberação:** O XVII Plenário aprovou por 16
274 votos favoráveis o apoio ao 8ª Semana de Visibilidade Trans e Travesti de BH no valor de
275 R\$8.000,00 por meio de Termo de Fomento com a Associação Instituto Gerais - Cidadania e
276 Desenvolvimento Social. Avaliação do Encontro Entre Nós: O Conselheiro Daniel de Melo
277 ressaltou o seu estranhamento na apresentação do objeto dos terceirizados do telefone de
278 contato com a portaria e o número de demandas de entregas de Shopee. O Conselheiro
279 Luis Henrique informou que foi interpelado de receber uma entrega e viu que não era ele.
280 Percebe uma utilização do espaço público para uso pessoal. A Conselheira Liliane Martins
281 ponderou o número de pessoas negras e que são demandadas funções subalternas como
282 "entregar encomendas para empregadas(os)", ocasionando desvio de função. A Conselheira
283 Cristiana Nogueira avaliou que virou uma coisa naturalizada e ponderou como tratar isto,
284 sem respingar nas terceirizadas. A Conselheira Suellen Fraga propôs normatizar que está
285 expressamente proibido o recebimento de encomendas pessoais. A Conselheira Alessandra
286 Belmonte sugeriu quem pedir ir lá e receber, ao invés de deixar um profissional fazer este
287 trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Paula Ângela de
288 Figueiredo e Paula, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim
289 e pelos demais presentes. Belo Horizonte, 07 de dezembro de 2024.

Liliane Martins
Cristiana Nogueira

Conselheiro
Gab Lamounier

Despacho

Suellen Fraga

Paula Ângela de Figueiredo

Paula

Alessandra Belmonte

Paula